



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA  
Comissão Permanente de Legislação e Jurisprudência  
"Amazônia, patrimônio dos brasileiros"

Este texto não substitui o original publicado no DJe

## RECOMENDAÇÃO/CGJ N.º 001 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018.

*Dispõe acerca da padronização da expedição de alvarás judiciais para levantamento de soma em dinheiro.*

**O CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso das suas atribuições legais e regulamentares,

**CONSIDERANDO** a Decisão proferida no Procedimento Administrativo SEI N.º. 0015898-06.2017.8.23.8000;

**CONSIDERANDO** a importância de esclarecer aos magistrados, serventuários, litigantes e advogados acerca das exigências legais reclamadas para levantamento de montante em dinheiro, mediante alvará judicial ou ofício de transferência de valores;

**CONSIDERANDO** a necessidade de padronizar o rito a ser observado para recebimento de valor em dinheiro, evitando tratamentos distintos em situações jurídicas idênticas para as partes e seus procuradores;

### **RESOLVE:**

**RECOMENDAR** a todas as unidades cíveis e juizados especiais cíveis do Estado de Roraima que deverão utilizar o modelo padronizado de alvará de levantamento ou de ofício de transferência de valores, constantes no anexo I e II desta Portaria.

**RECOMENDAR** que a expedição de alvará de levantamento de valores obedecerá a seguinte sistemática:

I) A expedição de alvará não depende da preclusão da decisão que a determinou, exceto ordem judicial expressa em contrário, e salvo as decisões que deliberarem acerca de impugnações, exceções de pré-executividade e pedidos de desbloqueio por impenhorabilidade etc;

II) Nenhum alvará será expedido sem prévio lançamento da intimação das partes no sistema eletrônico.

III) Realizada a indisponibilidade de valor e juntado o extrato nos autos do sistema Bacenjud, deverá a Serventia intimar a parte executada da indisponibilidade, para manifestação no prazo de 5 (cinco) dias. Decorrendo o prazo, ou sendo esta manifestação rejeitada pelo juízo, deverá o gabinete realizar a transferência dos valores para conta judicial atrelada ao juízo, com a juntada nos autos do extrato da conta judicial obtido no sistema eletrônico da instituição financeira oficial.

IV) Antes da expedição do alvará, deverá ser conferido e certificado nos autos sobre os seguintes fatos:

- a) se existe ordem judicial para expedição do alvará;
- b) se foi determinado aguardar o trânsito em julgado da ordem judicial que determinou a expedição do alvará e, neste caso, se as partes foram intimadas e se houve a preclusão;
- c) se houve a ordem de transferência de valores, no caso de bloqueio pelo sistema Bacenjud, e, em caso negativo, remeter os autos à conclusão;
- d) se os poderes do advogado estão regularmente comprovados e incluem os de receber e dar quitação em nome do mandante, quando for expedido o alvará em seu favor;
- e) se existe penhora averbada no rosto dos autos e, se houver, em que sequência está o auto ou termo de penhora.

V) A Serventia só considerará regularmente comprovados os poderes do advogado se houver nos autos, ou nos apensos, procuração dentro do prazo de validade (se esta o estipular), com poderes para receber e dar quitação, e sem que haja nos autos ou em Secretaria notícia de que dita procuração foi revogada, ou substabelecida sem reserva, ou que o procurador renunciou aos poderes ali recebidos, excetuados os casos em que o advogado postular em causa própria.

VI) Salvo tratar-se de alvará a ser expedido em favor da própria parte, para levantamento em pessoa, os poderes do advogado para receber e dar quitação deverão constar expressamente da procuração, com esses termos ou mediante sinônimos perfeitamente equivalentes, não se aceitando, para esse fim, que a procuração faça mera remissão ao art. 105 do CPC ou se refira à concessão dos poderes mencionados naquele artigo, sem discriminá-los.

VII) Na expedição de alvarás em quaisquer processos observar as seguintes instruções:

- a) expedir os alvarás em geral sempre com prazo de validade de 30 (trinta) dias, a contar da retirada do alvará em Secretaria, exceto se houver decisão em contrário nos autos;
- b) expedir único alvará a parte e patrono. Estando o prazo do alvará vencido, após a devolução daquele expirado, deverá realizar a conclusão dos autos constando a finalidade;
- c) Devem constar expressamente se existem acréscimos legais, e a data que iniciará a correção, se for o caso.

VIII) O alvará/ofício de transferência somente será expedido se o interessado fornecer os dados completos necessários para sua confecção (nome completo e CPF do beneficiário e representante legal, número do Banco, com número de agência e conta, número ou código de operação se o Banco o exige) e se o titular da conta for a mesma pessoa que seria beneficiária do alvará ou autorizada a receber o valor em nome do beneficiário do alvará.

Publique-se e cumpra-se.

**JÉBUS RODRIGUES DO NASCIMENTO**  
Corregedor Geral de Justiça

Republicação: Fonte: Diário da Justiça Eletrônico. [Ed. 6281](#), 03. Setembro. 2018, p. 23-26.

Fonte: Diário da Justiça Eletrônico. [Ed.6149](#), 08. Fev. 2018, p. 41.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA  
Comissão Permanente de Legislação e Jurisprudência  
"Amazônia, patrimônio dos brasileiros"

Este texto não substitui o original publicado no DJe

## ANEXO I

### MODELO DE ALVARÁ DE LEVANTAMENTO DE VALORES (Manual de Preenchimento

SEI: [0278243](#))

ALVARÁ JUDICIAL Nº \_\_\_\_\_

Processo:
Classe Processual:
Assunto Principal:
Valor da causa:
Autor: (nome completo e endereço)
Advogado do Autor: (nome completo e OAB)
Réu: (nome completo e endereço)
Advogado do Réu: (nome completo e OAB)

O Dr. XXX, MM. Juiz de Direito XXX Titular/Substituto da XXX Vara Cível/Juizado Especial da Comarca de XXX, Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais **POR ESTE ALVARÁ**, indo devidamente assinado e atendendo ao que lhe foi requerido nos autos do processo supracitado, concede a necessária autorização para liberar ao(à): XXX, portador do documento de identificação nº XXX XXX, CPF/CNPJ XXX, e/ou XXX, CPF/OAB XXX, junto ao Banco XXX, Agência XXX, Conta Judicial XXXXX, o valor de R\$ XXXX (valor por extenso), acrescidos de juros e correções monetárias a partir de \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ . CUMPRA-SE. Eu, XXXX, técnico/analista judiciário/diretor de secretaria – matrícula XXX, o digitei e assino \_\_\_\_\_.

**OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:** Senhor Representante Legal do Banco do Brasil, o pagamento do valor acima descrito deverá ser efetuado diretamente ao titular beneficiário do presente alvará ou a seu procurador com poderes específicos para esta finalidade, com o valor a ser levantado, na forma da lei, sob pena de responsabilidade. **O presente Alvará de levantamento tem validade de 30 dias da data de sua retirada em Secretaria.**

**DADO E PASSADO** nesta cidade e Comarca de xxx (RR), em xxx de xxx de xxx.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Juiz de Direito



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA  
Comissão Permanente de Legislação e Jurisprudência  
"Amazônia, patrimônio dos brasileiros"

Este texto não substitui o original publicado no DJe

## ANEXO II

### MODELO DE OFÍCIO DE TRANSFERÊNCIA (Manual de Preenchimento SEI:[0278746](#))

Ofício nº. XXX/2018 – (Nome ou sigla do setor)

(Comarca, dia e ano)

Ao Senhor,

**MÁRIO MARCOS DE ALCÂNTARA**

Gerente Geral da Agência Setor Público do Banco do Brasil

Avenida Glaycon de Paiva, nº. 74, piso superior, Centro

CEP.: 69301-250, Boa Vista – Roraima

**Assunto: Transferência de valores referente aos autos nº XXX.**

Senhor Gerente,

Ao cumprimentar Vossa Senhoria, determino a transferência da importância inframencionada, que se encontra depositada judicialmente na conta de nº XXX, referente aos autos supracitados, onde figuram como partes XXX (autor, nome e CPF/CNPJ) e XXX (réu, nome e CPF/CNPJ), para a conta de titularidade de XXX, conforme indicação abaixo:

Beneficiário:

CPF/CNPJ:

Representante legal:

CPF:

Banco:

Agência:

Operação:

Conta:

Valor: \_\_\_\_\_ (por extenso)

Com acréscimos a partir de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Sem acréscimos

Outrossim, solicito que seja informado a este juízo, de forma discriminada, mediante extrato da transferência realizada, o cumprimento desta determinação.

Atenciosamente,

XXXXXXXXXX

**Juiz de Direito**